

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Palavra da Diretoria

Senhoras e Senhores Acionistas

Nos últimos dois anos, nosso trabalho à frente da Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp foi capaz de gerar resultados consistentes. O déficit registrado em 2015, de R\$ 94,922 milhões, foi reduzido para R\$ 22,465 milhões em 2016. Em 2017, os resultados negativos foram revertidos para um superávit de R\$ 44,432 milhões.

Além da qualidade das nossas equipes, esse avanço pode ser explicado por decisões estratégicas que se mostraram acertadas, tais como investimentos em novas tecnologias e processos, bem como o aprimoramento da logística que envolve o Porto de Santos, visando melhor atender nossos clientes e ampliar o volume de cargas movimentadas.

Fruto desse esforço e das iniciativas implementadas pelos nossos terminais portuários, conseguimos movimentar um volume recorde de mercadorias, atingindo 129,865 milhões de toneladas, 14,1% acima do verificado em 2016 e 8,3% acima do recorde anual histórico anterior (119,932 milhões t), registrado em 2015, demonstrando que as estratégias adotadas foram adequadas, mesmo em circunstâncias macroeconômicas bastante voláteis.

As exportações, responsáveis por 72,0% do movimento físico geral, apresentaram crescimento de 14,9%, impulsionadas, principalmente, pelas altas nos embarques de milho, complexo soja (grão e farelo) e açúcar. Somente estas commodities representaram 60,6% do total exportado por Santos e 43,6% do movimento geral de cargas operadas em 2017.

No ano corrente continuamos investindo e promovendo mudanças na empresa, para torná-la cada vez mais ágil e capaz de atender os clientes do Porto de Santos com qualidade. Nesse sentido, desenvolvemos novos mecanismos de comunicação, como o nosso Data Center e incorporamos tecnologias avançadas nos procedimentos operacionais tais como a Cadeia Logística Portuária Inteligente (Portolog) e o Sistema de Gerenciamento de informações do Tráfego de Embarcações (VTMIS). A implementação dessas ferramentas apresentou considerável avanço neste ano e soma-se ao desenvolvimento de novos sistemas e aprimoramento de outros já existentes, visando disponibilizar alternativas que agilizem e automatizem os procedimentos da empresa e do Porto de Santos.

Investimos na continuidade de empreendimentos como a dragagem, que nos permitiu manter as profundidades de projeto do canal de acesso ao Porto, garantindo aos usuários operarem sem restrições, e as condições satisfatórias dos berços de atracação. Destacamos também os investimentos na readequação do trecho Canal 4-Ponta da Praia, da Avenida Perimetral em Santos; na recuperação e reforço do cais entre os armazéns 12A e 23; na ampliação da oferta de energia e na remodelação do sistema ferroviário em diversos trechos do Porto.

Com relação às ações de governança, em 2017 iniciamos mudanças importantes em nossa estrutura administrativa, que prepararam a Companhia para um novo momento, propiciando mais uniformidade e rapidez nas decisões e sinergia entre as equipes. Nesse sentido, destacam-se iniciativas como a elaboração do Planejamento Estratégico Institucional (PEI),

os avanços no desenvolvimento do Projeto de Modernização da Gestão Portuária (PMGP), a implantação do Escritório de Gerenciamento de Projetos (PMO) e a automação de processos. Esperamos apresentar, em 2018, a revisão do Plano Mestre e a atualização do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos, bem como a regularização fundiária dos imóveis da União na área do Porto Organizado e a revisão da poligonal do complexo portuário santista.

Marcando uma nova fase na empresa, estamos estruturando nossa administração de forma a garantir que todas as questões sejam amplamente discutidas e as decisões sejam tomadas de forma conjunta, estreitando, cada vez mais, o relacionamento com nossos colaboradores e com a comunidade. Nesse sentido promovemos uma série de campanhas direcionadas à saúde, segurança no trânsito, educação ambiental e arte, buscando valorizar a relação profissional no âmbito corporativo e trazer para este ambiente valores associados a uma melhor qualidade de vida, a partir de uma proposta mais humanizada no relacionamento entre a empresa e seu quadro de colaboradores.

No que concerne às ações de sustentabilidade, destacamos a concessão, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Licença de Operação do Porto de Santos, visando conciliar o uso econômico do Porto Organizado com a preservação do meio ambiente.

Quando à segurança, aprovamos o novo regulamento do Plano de Ajuda Mútua (PAM) e criamos um banco de dados de informações de cargas perigosas que facilita o acesso a informações por ocasião de sinistros, além de mapearmos as áreas dos terminais, apontando rotas de acesso e fuga, facilitando, assim, a ação do Corpo de Bombeiros.

Convidamos todos a conhecerem mais sobre os avanços obtidos neste exercício pela Codesp e pelo Porto de Santos por meio da leitura deste relatório, onde apresentamos detalhes das operações, estratégias, resultados e avanços na gestão, dentre outros temas.

Para o ano de 2018, a Codesp tem como um de seus grandes desafios dar continuidade aos projetos implementados em 2017, notadamente para consolidação da sua reestruturação organizacional, dos seus processos operacionais, obras de infraestrutura e ações visando aprimorar cada vez mais as relações entre o Porto e as cidades da Baixada Santista. Essa trajetória, entretanto, é somente parte do caminho e não a linha de chegada. Seremos sempre desafiados a nos reinventarmos, sermos mais eficientes e inovadores, pois só assim estaremos próximos do mercado. A combinação de tudo isso nos levará à frente no processo de transformação e reforçará nossa crença de que somos uma referência em serviços portuários no Brasil e que produzimos resultados que nos enchem de orgulho.

Preparados para os novos desafios, agradecemos aos nossos colaboradores, à toda a comunidade portuária santista, aos nossos acionistas, órgãos colegiados, clientes, fornecedores, autoridades e à comunidade em geral pela confiança e a parceria ao longo deste ano.

Obs.: A íntegra do Relatório de Administração, encontra-se disponível na homepage da Codesp no endereço: <http://www.portodesantos.com.br/relatorio.php>

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2017	2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2017	2016
Circulante		199.210	236.137	Circulante		353.387	435.098
Caixa e equivalentes de caixa	5	108.959	135.961	Salários, provisão e encargos sociais	15	52.994	54.413
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	6	13.893	24.371	Fornecedores e prestadores de serviços		38.874	45.529
Contas a receber de clientes, líquidas	7	56.147	48.563	Impostos e contribuições	16	19.736	18.978
Estoques		574	549	Juros sobre capital próprio a pagar	22.3	1.500	-
Créditos tributários	8	3.893	14.383	Plano de pensão	18	13.339	70.447
Despesas antecipadas		51	125	Obras efetuadas por arrendatários	19	15.477	15.580
Outros créditos		15.693	12.185	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	17	170.400	202.836
				Parcelamento processos trabalhistas, cíveis e tributários		26.494	3.852
				Outras obrigações		14.573	23.463
Não Circulante		2.978.514	2.906.454	Não Circulante		1.405.495	1.331.583
Realizável a Longo Prazo		1.209.005	1.181.464	Plano de pensão	18	-	10.843
Contas a receber de clientes, líquidas	7	832.873	816.092	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	17	161.634	185.726
Partes relacionadas	9	4.582	4.970	Receita diferida	21	360.808	383.626
Depósitos judiciais	11	89.079	80.120	Obras efetuadas por arrendatários	19	117.985	134.884
Bens destinados à alienação	10	246	2.113	Créditos da União para aumento de capital	20	719.614	586.847
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.1	270.616	265.484	Parcelamento processos trabalhistas, cíveis e tributários		13.061	2.695
Outros créditos		11.609	12.685	Outras obrigações		32.393	26.962
				Patrimônio Líquido		1.418.842	1.375.910
Imobilizado	12	1.754.724	1.709.734	Capital social	22.1	1.414.100	1.414.100
Intangível	13	14.785	15.256	Prejuízos acumulados		-	(38.190)
				Reservas de lucros	22.2	4.742	-
TOTAL DO ATIVO		3.177.724	3.142.591	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.177.724	3.142.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	2017	2016
Receita líquida	23	848.608	740.486
Custo dos produtos e dos serviços prestados	24	(517.957)	(489.331)
Lucro bruto		330.651	251.155
Outras receitas (despesas) operacionais		(255.756)	(238.934)
Despesas administrativas e gerais	25	(378.060)	(220.245)
Outras receitas operacionais	27	136.678	3.751
Outras despesas operacionais	28	(14.374)	(22.440)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		74.895	12.221
Resultado financeiro		(35.220)	(27.675)
Receitas financeiras	26	27.626	48.881
Despesas financeiras	26	(62.846)	(76.556)
Lucro (prejuízo) operacional		39.675	(15.454)
Imposto de renda e Contribuição Social	29	5.132	(7.011)
Corrente		-	(4.966)
Diferido		5.132	(2.045)
Lucro antes da participação dos empregados		44.807	(22.465)
Participação dos empregados no lucro	30	(375)	-
Lucro (Prejuízo) do exercício		44.432	(22.465)
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		0,16	(0,08)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
		RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS		
SALDOS EM 31/12/2015	1.414.100	-	-	(15.725)	1.398.375
Aumento de capital por capitalização de créditos da União	-	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	(22.465)	(22.465)
Compensação do prejuízo com reserva legal	-	-	-	-	-
Compensação do prejuízo com reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31/12/2016	1.414.100	-	-	(38.190)	1.375.910
Aumento de capital por capitalização de créditos da União	-	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	44.432	44.432
Destinação do lucro líquido do exercício:					
Reserva legal	-	312	-	(312)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	4.430	(4.430)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.500)	(1.500)
SALDOS EM 31/12/2017	1.414.100	312	4.430	-	1.418.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(em milhares de reais)

	2017	2016
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais		
Valores recebidos de clientes	897.749	809.826
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(309.967)	(243.388)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(286.895)	(279.795)
Valores pagos de encargos sociais	(93.531)	(83.029)
Valores pagos de contingências	(118.218)	(44.966)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(75.071)	(81.047)
Valores pagos de Imposto de renda e contribuição Social	-	(15.588)
Valores pagos de juros	(4.992)	(3.146)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	(14.805)	(13.060)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(5.730)	45.807
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(95.925)	(131.267)
Aquisição de intangível	(5.998)	(5.043)
Alienação de imobilizado	2.370	666
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(99.553)	(135.644)
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos financiamentos	-	(3.336)
Recursos de acionistas	78.281	131.927
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	78.281	128.591
Aumento (redução) nas disponibilidades	(27.002)	38.754
Saldo inicial de caixa e equivalentes	135.961	97.207
Saldo final de caixa e equivalentes	108.959	135.961
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	(27.002)	38.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(em milhares de reais)

	2017	2016
Receitas (Despesas)	1.020.027	833.433
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	644.966	513.046
Arrendamentos operacionais e alugueis	382.447	326.343
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(4.870)	(5.230)
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados	(2.516)	(726)
Insumos adquiridos de terceiros	(456.170)	(301.455)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(293.373)	(255.277)
Outros custos	(162.797)	(46.178)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	563.857	531.978
Depreciação e amortização	(43.884)	(38.062)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	519.973	493.916
Valor adicionado recebido em transferência	27.626	48.881
Receitas financeiras	27.626	48.881
Valor adicionado a distribuir	547.599	542.797
Distribuição do valor adicionado	547.599	542.797
Pessoal	276.366	322.897
Remuneração direta	238.600	227.484
Benefícios	32.994	32.220
Benefícios pós-emprego	27.917	26.624
FGTS	18.145	18.618
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas	(44.477)	15.581
Honorários da diretoria	2.812	2.370
Tributos	152.019	155.061
Federais	133.681	133.438
IRPJ e CSLL diferidos	(5.131)	2.045
Estaduais	6.903	4.964
Municipais	16.566	14.614
Remuneração de capitais de terceiros	74.782	87.304
Despesas financeiras	62.846	76.556
Alugueis	11.936	10.748
Remuneração de capitais próprios	44.432	(22.465)
Juros sobre capital próprio propostos	1.500	-
Lucros retidos / prejuízo do exercício	42.932	(22.465)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(em milhares de reais)

	2017			2016		
1 - Base de cálculo						
Receita líquida (RL)			848.608			740.486
Resultado operacional (RO)			39.675			(15.454)
Folha de pagamento bruta (FPB)			238.601			227.486
2 - Indicadores sociais internos		% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	16.025	6,72%	1,89%	16.309	7,17%	2,20%
Encargos sociais compulsórios	81.121	34,00%	9,56%	84.121	36,98%	11,36%
Previdência privada	16.943	7,10%	2,00%	17.574	7,73%	2,37%
Saúde	15.708	6,58%	1,85%	14.027	6,17%	1,89%
Segurança e medicina no trabalho	157	0,07%	0,02%	177	0,08%	0,02%
Capacitação e desenvolvimento profissional	255	0,11%	0,03%	475	0,21%	0,06%
Creches ou auxílio - creche	107	0,04%	0,01%	108	0,05%	0,01%
Participação nos lucros/resultados	375	0,16%	0,04%	-	-	0,00%
Transporte	875	0,37%	0,10%	1.021	0,45%	0,14%
Bolsa/estágio	1.818	0,76%	0,21%	1.812	0,80%	0,24%
Outros	2.491	1,04%	0,29%	1.750	0,77%	0,24%
Total - Indicadores sociais internos	135.885	56,95%	16,01%	137.374	60,39%	18,55%
3 - Indicadores sociais externos		% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	414	1,04%	0,05%	150	-0,97%	0,02%
Esporte	38	0,10%	0,00%	38	-0,25%	0,01%
Outros	255	0,64%	0,03%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	707	1,78%	0,08%	188	-1,22%	0,03%
Tributos (excluídos encargos sociais)	113.866	287,01%	13,42%	103.976	-672,78%	14,04%
Total - Indicadores sociais externos	114.573	288,78%	13,50%	104.164	-674,01%	14,07%
4 - Indicadores ambientais		% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	842	2,12%	0,10%	750	-4,85%	0,10%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total de investimentos em meio ambiente	842	2,12%	0,10%	750	-4,85%	0,10%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre 51% a 75%	() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre 76% a 100%	() não possui metas () cumpre 51% a 75%	() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre 76% a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	1402			1530		
Nº de admissões durante o período	19			130		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	974			984		
Nº de estagiários(as)	103			134		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	775			870		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	176			193		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	5,45%			3,44%		
Nº de negros(as), pardos(as) que trabalham na empresa	323			363		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	7,27%			2,33%		
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais	10			11		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2017			Metas 2018	
Relação entre a maior e a menor remuneração		29,02		-	-	
Número total de acidentes de trabalho		11		-	-	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as)	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna	(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolve	() seguirá as normas da OIT	() incentivará e segue a OIT
A previdência privada contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa	(x) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(x) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)	Na empresa 11	No Procon	Na justiça	Na empresa	No Procon	Na justiça
% de reclamações e críticas solucionadas	Na empresa 81,81%	No Procon	Na justiça	Na empresa	No Procon	Na justiça
Valor adicionado total a distribuir		547.599			451.585	
Distribuição do valor adicionado		27,76% governo; 0,27% acionistas;	50,47% empregados(as); 13,66 terceiros 7,84% retido		59,49% empregados(as); 16,08 terceiros; (4,14)% retido	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
em milhares de reais, exceto pela nota nº 31

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio.

Em 29/12/2016, foi assinado o Convênio 001/2016, com vigência de 5 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura, para o Porto de Santos administrar o Terminal Pesqueiro de Laguna-SC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da sociedade e de apresentação.

Instrumentos financeiros: a classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Esses ativos são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até a data de vencimento.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos para os quais a Administração não tem a intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data de encerramento do exercício. Os respectivos tributos também são apurados e contabilizados por competência.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais. É constituída, também, considerando parecer dos advogados da empresa nos valores que envolvam análise dos processos judiciais.

Estoques: materiais utilizados para consumo nas atividades da empresa calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição.

Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem.

Empréstimos e financiamentos: reconhecidos pelo valor justo, no momento dos recebimentos dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações contábeis.

Férias: As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

Arrendamentos Operacionais: A empresa possui em vigência diversos contratos de arrendamento operacional, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Existe também a cobrança por serviços específicos prestados pela CODESP, cujos valores são determinados em conformidade com as tabelas tarifárias e os serviços utilizados por cada arrendatário. Os contratos possuem, também, cláusula de movimentação mínima contratual (MMC), que é estabelecida tendo como parâmetro a logística de cada terminal. Os valores recebidos antecipadamente são reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões para contingências: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O detalhamento dos valores está demonstrado na nota explicativa nº 17.

Imposto de Renda e contribuição social - corrente e diferido

Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social foi efetuada com base no lucro tributável do exercício. O valor do imposto de renda foi constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. O valor da contribuição social foi calculado à alíquota de 9% do lucro tributável para aquela contribuição.

Impostos diferidos: São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência, em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do imposto de renda diferido esta em conformidade com o disposto no CPC 32 e o detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº 29.1.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre o juro a receber liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras. Para atender às disposições societárias, as despesas com os juros sobre capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios são contabilizados como despesas financeiras, sendo revertidas para lucros acumulados por ser, em essência, distribuição de resultado.

Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

Demonstração do valor adicionado: tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e conforme disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:

CPC 33 – Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controvérsia existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	7.297	20.203
Aplicações financeiras	101.662	115.758
Total	108.959	135.961

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, as quais são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	2017	2016	Rentabilidade
Fundo de renda fixa - BB	22.305	12.508	111,72% do CDI
Fundo de Renda fixa – CEF	79.357	103.250	111,86% do CDI
Total	101.662	115.758	

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 20 complementa a informação em relação aos valores recebidos em 2017.

Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do tesouro nacional, dessa forma estão informados como valores vinculados à aplicação em obras de infraestrutura e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa.

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	2017	2016
Valores a receber de serviços prestados	1.280.735	1.256.928
(-) Perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa	(391.715)	(392.274)
Total	889.020	864.654
Curto prazo	56.147	48.563
Longo prazo	832.873	816.092

O valor a receber da empresa Libra Terminal 35 S/A, corresponde a 90,19% do valor do contas a receber (93,79% em 2016). O débito em questão decorre do faturamento emitido conforme disposto no Contrato PRES/32.98. A Secretaria de Portos celebrou, em 02/09/2015, a prorrogação antecipada daquele contrato até 04/09/2035, unificando ao mesmo os contratos PRES/11.95 e P/19.2000 e transferindo a titularidade à Libra Terminalis S/A, conforme segundo termo aditivo ao contrato PRES/32.98, no qual também foi estipulado os novos valores do arrendamento. O litígio relativo ao débito anterior à assinatura do termo aditivo foi transferido para um procedimento de arbitragem conforme termo de compromisso arbitral firmado em 02/09/2015, entre Secretaria de Portos, CODESP, Libra Terminal 35 S/A e Libra Terminalis S/A com a intervenção da ANTAQ. A provisão para perdas estimadas com esse arrendatário, conforme parecer da Superintendência Jurídica, não necessita de redimensionamento em função da transferência do litígio à arbitragem.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	2017	2016
Saldo negativo de IRPJ	3.626	10.957
Saldo negativo de CSLL	-	2.963
Outros créditos tributários	267	463
Total	3.893	14.383

9. PARTES RELACIONADAS

Os recursos repassados pelo Porto de Santos ao Terminal Pesqueiro de Laguna-SC, administrado pela CODESP conforme mencionado na nota explicativa nº 1, são de responsabilidade do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Como não existe a certeza do recebimento deste valor, foi acrescentada a conta (-) Perda estimada c/cred. liquidação duvidosa para este valor. Os créditos relativos aos demais órgãos se referem exclusivamente a ressarcimento de colaboradores cedidos.

	2017	2016
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	38.071	32.962
Ministério da Fazenda	21	14
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	7	15
Ministério do Trabalho e Emprego	104	171
(-) Perdas estimadas c/ créditos de liquidação duvidosa	(33.621)	(28.192)
Total	4.582	4.970

10. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado são classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios, conforme Quadro abaixo:

	2017	2016
Detalhe	4.193	979
Cíveis	82.327	77.604
Trabalhistas	2.559	1.537
Tributárias	-	-
Total	89.079	80.120

12. IMOBILIZADO LÍQUIDO

12.1 – COMPOSIÇÃO POR TIPO DE ATIVOS

Tipo de Ativo	Saldo em 31/12/2016	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Saldo em 31/12/2017
Mobiliário em Geral	2.848	31	-	(1.277)	239	1.841
Veículos	1.140	24	-	(117)	(60)	987
Máquinas Motores e Aparelhos	9.469	370	-	(1.522)	(103)	8.214
Equipamentos Diversos	1.023	677	-	(199)	564	2.065
Outros Bens Móveis	288	-	-	(40)	(132)	116
Equipamentos de Informática	7.413	1.170	-	(1.797)	233	7.019
Edifícios	32.967	-	-	(1.177)	(70)	31.720
Instalações	520.991	268	-	(8.599)	(109)	512.551
Obras em Andamento	221.174	82.628	-	-	(570)	303.232
Terrenos Desapropriação	4.424	-	(308)	-	-	4.116
Bens Móveis para Fins Industriais	6.847	-	(58)	(615)	(83)	6.091
Bens Imóveis para Fins Industriais	36.817	-	-	(3.257)	(35)	33.525
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	184.885	-	-	(10.444)	-	174.441
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	22.671	-	-	(1.004)	-	21.667
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	562.343	-	-	(9.638)	-	552.705
Total	1.709.734	85.168	(366)	(39.686)	(126)	1.754.724

Tipo de Ativo	Saldo em 31/12/2015	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Saldo em 31/12/2016
Mobiliário em Geral	3.299	208	-	(658)	(1)	2.848
Veículos	1.254	-	-	(114)	-	1.140
Máquinas Motores e Aparelhos	9.633	420	-	(1.322)	738	9.469
Equipamentos Diversos	1.073	150	(19)	(182)	-	1.023
Outros Bens Móveis	199	112	-	(25)	-	288
Equipamentos de Informática	7.787	1.415	-	(1.745)	(44)	7.413
Edifícios	34.435	-	(288)	(1.180)	-	32.967
Instalações	160.498	16.295	(18)	(4.669)	348.885	520.991
Obras em Andamento	476.851	93.246	-	-	(348.923)	221.174
Terrenos Desapropriação	4.424	-	-	-	-	4.424
Bens Móveis para Fins Industriais	8.097	11	(253)	(1.035)	27	6.847
Bens Imóveis para Fins Industriais	40.073	1	-	(3.257)	-	36.817
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	195.247	40	-	(10.440)	38	184.885
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	23.682	-	-	(1.011)	-	22.671
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	571.981	-	-	(9.638)	-	562.343
Total	1.632.967	111.898	(578)	(35.276)	720	1.709.734

12.2 – POR TEMPO DE VIDA ÚTIL ESTIMADA

Vida útil Estimada	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 2017
Até 5 anos (*)	462.253	(35.141)	427.112
6 - 10 anos	42.380	(25.386)	16.994
11 - 15 anos	100.035	(67.049)	32.986
16 - 20 anos	313.500	(107.881)	205.619
21 - 25 anos	17.624	(15.618)	2.006
26 - 30 anos	70.219	(49.639)	20.579
31 anos em diante	1.234.803	(185.374)	1.049.428
Total	2.240.814	(486.088)	1.754.724

(*) Incluso o montante R\$ 397.666 não depreciável.

13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 14.785 (R\$ 15.256 em 2016) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de até dez anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-17 a 01-05-18.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

	2017	2016
Riscos operacionais	422.357	421.725
Automóveis	4.249	8.800
Responsabilidade civil	30.500	30.500

15. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS.

	2017	2016
Salários a pagar	12.030	12.326
Provisão de férias	33.243	33.270
Encargos sociais	7.721	8.817
Outros	-	-
Total	<u>52.994</u>	<u>54.413</u>

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2017	2016
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	499	368
Retenção de tributos federais - Lei 10.833/03	1.946	2.325
Retenção para seguridade social – INSS	932	932
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	8.476	9.415
Programa de integração social – PIS	1.182	718
Contribuição financiamento seg. social – COFINS	5.542	3.403
Imposto sobre serviços – ISS	1.159	1.633
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Total – Curto prazo	<u>19.736</u>	<u>18.978</u>

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS.

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus advogados, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. O saldo da provisão apresenta a seguinte composição:

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES

	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis	TOTAL
Saldo em 31/12/2015	179.458	213.805	393.263
(+) Adições	20.403	22.273	42.676
(-) Reversão e Baixas	(4.937)	(42.441)	(47.378)
Saldo em 31/12/2016	194.924	193.637	388.561
(+) Adições	20.475	65.142	85.617
(-) Reversão e Baixas	(65.202)	(76.942)	(142.144)
Saldo em 31/12/2017	150.197	181.837	332.034
Curto Prazo	67.750	102.650	170.400
Longo Prazo	82.447	79.187	161.634

Provisões trabalhistas

Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos advogados.

Provisões cíveis

Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso, ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

Provisões Tributárias

A empresa não se utiliza de recursos jurídicos para recolher os tributos de forma diferenciada do previsto na legislação. Portanto, não existem fatos geradores que ensejem a constituição de provisão para contingências de recolhimentos efetuados em desacordo com a legislação.

A exceção ao mencionado é em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, que as Prefeituras Municipais de Santos e do Guarujá entendem incidir sobre os imóveis utilizados no Porto de Santos, de propriedade da União, e que não estão registradas no ativo imobilizado da CODESP.

Considerando os julgamentos pelo E. Supremo Tribunal Federal (processos nº 3029/95, 4099/94, 1982/04, 7099/92, 5787/95 e 5765/95) através da 1ª e 2ª Turmas que reconheceram a não incidência do IPTU sobre os imóveis da União, administrados pela CODESP, entendimento este confirmado mediante o julgamento pelo Pleno (Recurso Extraordinário 253472), e conforme parecer dos nossos advogados, é desnecessária a constituição de provisão.

Passivos contingentes

Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC.

Em 31/12/2017, o montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas foi de R\$ 281.730 (R\$ 265.061 em 2016) e para processos cíveis R\$ 39.940 (R\$ 39.334 em 2016).

18. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R\$ 1.724.967 (R\$ 1.704.781 em 2016), valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada.

As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2017, foram no montante de R\$ 18.349 (R\$ 17.978 em 2016).

19. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A empresa mantém contratos de arrendamentos operacionais, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de "sítio padrão", conforme a seguir descritas:

- Sítio de Cais:** plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- Sítio de Retro Área:** plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos cujas áreas existam investimentos negativos, ou seja, necessidade de investimentos para que se atinjam as condições mínimas exigidas nas regras descritas no "Sítio Padrão", tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras, a serem realizadas pelo arrendatário, serão ressarcidos pela administração portuária, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente, a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.

A composição do débito está demonstrada no quadro abaixo:

Arrendatário	Desembolso até	Índice	2017	2016
Brasil Term. Portuário S.A	30/01/2027	IGP-M	122.534	138.435
Ecoporto Santos S/A	30/06/2023	TJLP	10.928	12.029
Total			133.462	150.464
Curto Prazo			15.477	15.580
Longo Prazo			117.985	134.884

20. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98.

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	586.847	385.189
Aumento de capital no exercício	-	-
Créditos da UNIÃO no exercício	72.086	140.773
Encargos financeiros – Decreto 2673/98	60.681	60.886
Saldo em 31 de dezembro	<u>719.614</u>	<u>586.847</u>

21. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos operacionais assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06. Os contratos com receita diferida são PRES.69/1997, DP-DC.02/2009 e DP-DC.01/2010.

No resultado do exercício foi reconhecido à receita a importância de R\$ 25.404 (R\$ 24.959 em 2016), conforme composição abaixo:

	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	383.626	398.564
Receita diferida no exercício	2.586	10.021
Apropriação à receita no exercício	(25.404)	(24.959)
Saldo em 31 de dezembro	<u>360.808</u>	<u>383.626</u>

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital Social Realizado

O Capital Social em 31 de dezembro de 2017 é representado por 136.882.858.511 ações ordinárias e 136.882.858.506 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. O último aumento de capital foi efetuado pela AGE de 19/06/2015 com homologação na AGE de 27/11/2015.

22.2 Reservas de Lucros

a) Reserva Legal:

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício social antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações;

b) Reserva de Retenção de Lucros:

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está prevista a retenção de lucros, fundamentada em orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração, que se destina a atender, parcialmente, o programa de investimentos estabelecido no orçamento de capital plurianual dos exercícios de 2018 a 2021, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 13/04/2018.

22.3 Dividendos propostos e/ou juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros calculados com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser computados aos dividendos obrigatórios.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

A proposta da distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.500 está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na assembleia geral ordinária a ser realizada em 13/04/2018, calculada sobre o lucro base ajustado, demonstrada a seguir:

	2017	2016
Lucro (Prejuízo) do exercício	44.432	(22.465)
Prejuízos Acumulados	-	(38.190)
Compensação de prejuízos acumulados	(38.190)	-
Reserva legal (5%)	(312)	-
Ajustes ao lucro líquido	-	-
Lucro base para cálculo do dividendo	5.930	-
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	1.483	-
Juros sobre capital próprio proposto	1.500	-

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2017	2016
Receitas tarifárias	-	-
- Utilização da infraestrutura portuária	429.361	378.699
- Utilização da infraestrutura terrestre	98.428	93.142
- Fornecimento de energia	37.822	27.024
- Outras receitas	12.181	11.848
Receitas de arrendamento	-	-
- arrendamentos operacionais e alugueis	382.447	326.344
Impostos incidentes sobre vendas	-	-
- Imposto sobre serviços – ISS	(16.017)	(14.308)
- Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	(6.808)	(4.865)
- Programa de integração social – PIS	(15.841)	(13.806)
- Contrib. financiamento seguridade social – COFINS	(72.965)	(63.592)
Total	<u>848.608</u>	<u>740.486</u>

24. CUSTOS OPERACIONAIS

	2017	2016
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	185.762	179.758
Encargos sociais	56.184	60.279
Serviços de terceiros	219.294	193.363
Depreciação	43.885	38.062
Aluguéis	1.959	4.925
Utilidades e serviços, materiais	10.873	12.944</

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ ALEX BOTELHO DE OLIVA
Diretor Presidente

FRANCISCO JOSÉ ADRIANO
Diretor Administrativo e Financeiro
CLEVELAND SAMPAIO LOFRANO
Diretor de Relações com o Mercado e Comunidade

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA POÇO
Diretor de Operações Logísticas
HILÁRIO SEGUIN DIAS GURJÃO
Diretor de Engenharia

EUGÊNIO CARVALHO
Superintendente Financeiro

PÉRSIO BELLUOMINI MORAES
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP215355/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
CNPJ Nº 44.837.524/0001-07
Santos (SP)

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada **"Base para opinião com ressalva"**, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

1) Conforme Nota Explicativa nº 18, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras companhias do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por companhia contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R\$ 1.724.967 mil (R\$ 1.704.780 mil em 2016), valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada. As contribuições da companhia com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2017, foram no montante de R\$ 18.349,6 mil (R\$ 17.978,0 mil em 2016).

Considerando que a companhia é patrocinadora desse plano de pensão multipatrocinado de benefício definido e que os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, **o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado** nas demonstrações financeiras.

2) A Companhia procedeu com a baixa do valor registrado na conta 11102303 – Transitório de Saídas CEF, na monta de R\$ 1.209.689 em aberto desde 29/09/2016. Referido montante refere-se a indenização realizada à empresa Domain, fornecedora de software da administração da empresa.

No histórico deste processo, o fornecedor alegou que teve prejuízo com a aquisição do produto, cotado em moeda estrangeira (dólar americano), solicitando ressarcimento da CODESP para recompor o equilíbrio econômico do contrato. Pontuamos, por oportuno, que este pagamento foi realizado sem base em nenhum documento legal (nota fiscal) e que, mesmo assim, foi autorizado pela administração da CODESP.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo sejam os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

- Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima e na Nota Explicativa nº 18, existe uma demanda judicial entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP e a PORTUS – Instituto de Seguridade Social. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva", retro, o pagamento efetuado para o fornecedor Domain, autorizado pela administração da companhia, no valor de R\$ 1.209.689,34, a título de indenização para reequilíbrio econômico do contrato, para a empresa **Domain**, fornecedora de software elevado para conta de despesa.
- A companhia não efetuou o teste de "impairment" para avaliar a recuperabilidade de seus ativos, conforme determinam as NBC's TG 01 e 27. Embora a companhia não tenha feito uma análise sistematizada para avaliar eventuais perdas por recuperabilidade de seus ativos nos últimos dois anos, a administração tem baixado, anualmente, os ativos não recuperáveis e afirma não haver evidência de que existam ativos registrados na contabilidade em valores maiores que os de mercado.
- Não acompanhamos a contagem do estoque da companhia ao final do exercício de 2017, como determina a NBC TA 301, em virtude de a contratação da auditoria ter ocorrido já no exercício de 2018. Considerando que os valores registrados no estoque são somente de material de consumo e que representam 0,22% do Ativo Circulante e 0,02% do valor do ativo total, utilizamos testes alternativos para validar o valor do estoque.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a

elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

OUTROS ASSUNTOS

- Examinamos a Demonstração do Valor Agregado – DVA, levantada em 31/12/2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e equiparadas, por ser de grande porte, nos termos da lei nº 11.638/2007 e considerada como informação complementar pelo padrão IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa informação foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião está adequadamente apresentada em seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis quando tomadas em conjunto.
- Examinamos, também, o Balanço Social, contendo informações de natureza social e ambiental relativas ao exercício findo em 31/12/2017, elaborado sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação é opcional e não requerida pela legislação societária brasileira. Consideramos essa informação, dessa forma, como informação suplementar pelo padrão dos IFRS, que não requerem a sua apresentação. Essa demonstração foi submetida a procedimentos adicionais de auditoria elencados na NBC TA 805 e em nossa opinião está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis quando tomadas em conjunto.
- As demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2016 foram auditadas por nossa firma de auditoria, em 16 de fevereiro de 2017, cujo relatório continha ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 21 de fevereiro de 2018.
AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S
CRC-2SP022486/O-4 CVM – 9555

Tanagildo Aguiar Feres
Contador - CRC1SP067138/O-0

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 002.2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, decide aprovar o Relatório da Administração referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, recomendando o seu encaminhamento à Assembleia Geral dos Acionistas.

Santos, 09 de março de 2018.

José Alfredo de Albuquerque e Silva
PRESIDENTE
Maria da Glória Felgueiras Nicolau
CONSELHEIRA
Marcio Calves
CONSELHEIRO

João Bosco Camargo de Souza
CONSELHEIRO
João Andrade Marques
CONSELHEIRO
Fabio Madeira Alves da Silva
CONSELHEIRO

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Nº 001.2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, após analisar, decide aprovar os documentos e procedimentos descritos a seguir, recomendando o seu encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas.

- As **Demonstrações Financeiras** relativas ao exercício encerrado em 31-12-2017, ressalvados os apontamentos feitos pela auditoria independente nos itens 1 (déficit atuarial junto ao Plano Portus) e 2 (pagamento feito à empresa Domain), conforme relatório da Aguiar Feres datado de 21-02-2018.
- Destinação do resultado do exercício de 2017, no montante de **R\$ 44.432.368,32** (quarenta e quatro milhões e quatrocentos e trinta e dois mil e trezentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos) conforme abaixo:
 - distribuição de dividendos aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, no montante de **R\$ 1.500.000,00** (um milhão e quinhentos mil reais);
 - constituição de reservas no total de **R\$ 4.742.160,32** (quatro milhões e setecentos e quarenta e dois mil e cento e sessenta reais e trinta e dois centavos);
 - Reserva Legal** a importância de **R\$ 312.108,02** (trezentos e doze mil e cento e oito reais e dois centavos); e
 - Reserva de Retenção de Lucros** a importância de **R\$ 4.430.052,30** (quatro milhões e quatrocentos e trinta mil e cinquenta e dois reais e trinta centavos) para atender, parcialmente, às necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, com recursos próprios, no valor de **R\$ 159.044.449,00** (cento e cinquenta e nove milhões e quarenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e nove reais), conforme orçamento de capital da Companhia para o período de 2018 a 2021.

Lucro líquido do exercício	44.432.368,32
Compensação de Prejuízos Acumulados	(38.190.208,00)
(-) Reserva Legal	(312.108,02)
(-) Juros sobre capital próprio propostos	(1.500.000,00)
(-) Reserva de Retenção de Lucros	(4.430.052,30)
Lucros Acumulados	-

- Orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, dos exercícios de 2018 a 2021, com valor estimado de **R\$ 159.044.449,00** (cento e cinquenta e nove milhões e quarenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e nove reais).
- Manter no patrimônio líquido, em reserva de retenção de lucros, o valor de **R\$ 4.430.052,30** (quatro milhões e quatrocentos e trinta mil e cinquenta e dois reais e trinta centavos), relativo ao saldo da retenção de lucros do exercício de 2017, para atender, parcialmente, as necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, conforme do orçamento de capital da Companhia para os exercícios de 2018 a 2021.

Santos, 9 de março de 2018.

José Alfredo de Albuquerque e Silva
PRESIDENTE
Maria da Glória Felgueiras Nicolau
CONSELHEIRA
Marcio Calves
CONSELHEIRO

João Bosco Camargo de Souza
CONSELHEIRO
João Andrade Marques
CONSELHEIRO
Fabio Madeira Alves da Silva
CONSELHEIRO

PARECER DO CONSELHO FISCAL Nº 001.2018

O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, à vista da Nota Técnica da Auditoria Interna nº 002.2018, bem como o Parecer da AGUIAR FERES – Auditores Independentes S/S, de 21.02.2018, cujo ponto ressalvado e/ou enfatizado no âmbito de cada um dos referidos documentos também está relatado na Nota Explicativa nº 18, bem como ressalva ainda o lançamento referente ao pagamento efetuado sem base em nenhum documento legal, à empresa DOMAIN CONSULTORES ASSOCIADOS EM INFORMÁTICA-EPP a título de indenização, no valor de R\$1.209.689,34, apontado pela Auditoria Externa, e indevido pela Auditoria Interna. Registra ainda, que os dois assuntos já foram ressalvados no exercício anterior. Opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral de Acionistas,

Lucro líquido do exercício	44.432.368,32
Compensação de Prejuízos Acumulados	(38.190.208,00)
(-) Reserva Legal	(312.108,02)
(-) Juros sobre capital próprio propostos	(1.500.000,00)
(-) Reserva de Retenção de Lucros	(4.430.052,30)
Lucros Acumulados	-

- Orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, dos exercícios de 2018 a 2021, com valor estimado de **R\$ 159.044.449,00** (cento e cinquenta e nove milhões e quarenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e nove reais).
- Manter no patrimônio líquido, em reserva de retenção de lucros, o valor de **R\$ 4.430.052,30** (quatro milhões e quatrocentos e trinta mil e cinquenta e dois reais e trinta centavos), relativo ao saldo da retenção de lucros do exercício de 2017, para atender, parcialmente, as necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, conforme do orçamento de capital da Companhia para os exercícios de 2018 a 2021.

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favoravelmente à submissão das propostas contidas nos itens 1, 2 e 3 acima mencionados à Assembleia Geral de Acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Santos, 09 de março de 2018.

Fabiana Vieira Lima
PRESIDENTE
Maria da Conceição Campos Cei
CONSELHEIRA

Fernanda Barbosa Garcia
CONSELHEIRA
Marcello Eduardo Rattton Ferreira
CONSELHEIRO

Martin Aron
CONSELHEIRO

- Tomou, ainda, conhecimento das seguintes proposições:
- Destinação do resultado do exercício de 2017, no montante de **R\$ 44.432.368,32** (quarenta e quatro milhões e quatrocentos e trinta e dois mil e trezentos e sessenta e oito reais e dois centavos) conforme abaixo:
 - distribuição de dividendos aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, no montante de **R\$ 1.500.000,00** (um milhão e quinhentos mil reais);
 - constituição de reservas no total de **R\$ 4.742.160,32** (quatro milhões e setecentos e quarenta e dois mil e cento e sessenta reais e trinta e dois centavos);
 - Reserva Legal** a importância de **R\$ 312.108,02** (trezentos e doze mil e cento e oito reais e dois centavos); e
 - Reserva de Retenção de Lucros** a importância de **R\$ 4.430.052,30** (quatro milhões e quatrocentos e trinta mil e cinquenta e dois reais e trinta centavos) para atender, parcialmente, às necessidades de recursos previstos no programa plurianual de investimentos, com recursos próprios, no valor de **R\$ 159.044.449,00** (cento e cinquenta e nove milhões e quarenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta e nove reais), conforme orçamento de capital da Companhia para o período de 2018 a 2021.